

**Transformação Estrutural
e
Dinâmica do Emprego**

Paulino Teixeira

DT 2-96

Dezembro 1996

As análises, opiniões e conclusões expressas neste documento de trabalho são da exclusiva responsabilidade do seu autor e não refletem necessariamente posições do Ministério da Economia

Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego^(*)

por
Paulino Teixeira

*Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra*

^(*) Comunicação apresentada no Seminário de Economia do Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica do Ministério da Economia, Novembro de 1996. O autor agradece os comentários e sugestões dos participantes na sessão de apresentação deste trabalho na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Ficha Técnica

Título: Transformação Estrutural e Dinâmica do Emprego

Autor: Paulino Teixeira

Editor: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica
E-mail Gep@mail.telepac.pt

Concepção de capa: Deltagrafos - Design e Publicidade Lda.

Impressão e Acabamento: GEPE - Gabinete de Estudos e Prospectiva Económica

Tiragem: 70 exemplares

Edição: Lisboa, Dezembro 1996

ISBN: 972-8170-15-7

Depósito legal: 106156/96

Sumário

1. Introdução	7
2. Conceptualização	7
3. Análise	10
4. Conclusões	14
5. Anexos	15
6. Bibliografia	18

1. Introdução

Propomo-nos aqui analisar as formas e a dimensão da transformação estrutural da nossa economia ao longo da última década, consideradas a partir da dinâmica da variável emprego colocada em contraposição ao comportamento do *output*.

O primeiro passo consiste em averiguar os termos e o grau da transformação estrutural, ou seja, em encontrar uma medida que possa aferir a reafectação de recursos verificada durante o período em análise. À partida, parece-nos óbvio que uma economia com fraca mobilidade dos seus recursos dificilmente consegue atingir os graus mais elevados de eficiência. A não ser que, por um qualquer passo de mágica, se consiga “à primeira”, sem aprendizagem nem pesquisa, uma adequada correspondência entre as características (heterogéneas) dos múltiplos agentes económicos, empresas e trabalhadores, que compõem uma dada economia.

2. Conceptualização

Para análise da transformação estrutural da economia, centrámo-nos sobre os fluxos líquidos de emprego. Utilizou-se, em particular, uma medida que recorre à evolução da repartição do emprego entre as diferentes indústrias. Referimo-nos ao índice de mudança estrutural (do inglês, *index of structural change*, ISC). Em termos sumários, e mantendo-se todo o resto constante, quanto maior for este índice, maior será a fluidez revelada por uma dada economia e, portanto, maior, em princípio, o grau de ajustamento entre as características dos recursos e as suas aplicações concretas.

Havendo vantagens óbvias em desagregar a repartição do emprego o mais extensamente possível – numa economia a um sector, a mudança estrutural é obviamente nula –, estudámos a evolução do indicador considerando 6 sectores, excluindo o sector agrícola. A saber: indústria transformadora, electricidade, gás e água, construção, comércio, administração pública (incluindo serviços privados de educação e saúde) e outros serviços.

Não podendo levar esta desagregação mais longe, ela permite pelo menos efectuar algumas comparações internacionais úteis, nomeadamente com os E.U.A., para os quais se dispõe de valores sobre o mesmo índice ISC para sensivelmente o mesmo conjunto de sectores.

A figura 1 mostra-nos o comportamento do ISC entre 1986 e 1995. Este índice, calculado a partir de dados trimestrais sobre o emprego, mede a evolução da repartição do emprego inter-sectores, sendo igual a metade da soma das variações absolutas das quotas de emprego de cada sector. Mede, portanto, a variação percentual necessária para manter a mesma distribuição de trabalhadores entre dois períodos.

De acordo com os valores apurados, é notório um abrandamento deste índice de realocização do emprego, registando-se um pico muito pronunciado em 1992 e que se deve, em parte, a um corte na série estatística recolhida pelo INE. Porque estamos interessados em saber a tendência, mais do que na determinação precisa das variações, não cremos que a ruptura da série inviabilize a nossa análise.

Até 1992, o índice oscilou entre 1% e 2,5%, sensivelmente. Após 1992, o índice manteve-se abaixo de 1%. Por outras palavras, o período de maior turbulência no mercado de trabalho ocorre na primeira metade da década de 90, o que significa desde logo que a poder falar-se de transformação estrutural,

ela parece fazer mais sentido na fase pré-1992, isto é, no período imediatamente pós-adesão à então Comunidade Económica Europeia.

Repare-se, ainda, que a economia portuguesa apresenta um índice médio claramente superior aos E.U.A.: 1,4% em Portugal contra 0,9% nos E.U.A. Por outro lado, embora menos visível do que em Portugal, a figura 2 mostra uma tendência decrescente do ISC nos E.U.A., à qual segundo alguns autores (Hamermesh, 1993) não será alheia a erosão verificada nos últimos anos do princípio do *firing-at-will*⁽¹⁾.

Confirmam-se assim, num primeiro momento, os resultados apurados noutra contexto (Mendes de Oliveira, Pedro Portugal e Clementina Santos, 1993) que apontam, em Portugal, para indicadores de mobilidade da força de trabalho – em particular entre os trabalhadores mais jovens – muito próximos de outros mercados à partida tidos como mais sofisticados e com maiores taxas de mobilidade.

O aspecto mais saliente a retirar da figura 1 é, porém, a tendência decrescente do ISC. Mais à frente teremos a oportunidade de confirmar esta tendência recorrendo a outras medidas. Não deixa, porém, de ser curioso que se confirmem assim os resultados apurados noutros trabalhos, e a partir de metodologias distintas, de que, não obstante a introdução de algumas medidas liberalizadoras no mercado de trabalho, não se tem assistido a qualquer variação apreciável da velocidade de ajustamento do emprego (Addison e Teixeira, 1996). Pelo contrário, a avaliar pela descida no ISC, agora será mesmo caso para suspeitar de maior rigidez de ajustamento do emprego.

⁽¹⁾ Para a versão mais pura desta doutrina, as relações de emprego poderão terminar a qualquer tempo e por qualquer razão, sem obrigação de indemnização.

Para testar de novo o comportamento da velocidade de ajustamento do emprego, considerámos o mesmo nível de desagregação sectorial utilizado no cálculo do ISC. Na prática, trabalhamos com um sector de serviços mais agregado devido à não coincidência, em termos de sectores, entre as contas nacionais trimestrais e o emprego por sectores, tal como são publicados pelo INE, o que quer dizer que a análise é feita apenas para 5 sectores.

3. Análise

Chegados a este ponto, decidimos analisar directamente a evolução da velocidade de ajustamento do emprego através da inclusão de produtos cruzados de variáveis, fazendo, nomeadamente, interagir a variável tempo com as variáveis desfasadas usuais (emprego e *output*) na equação da procura dinâmica de trabalho. Significa isto que abandonámos a especificação tradicional de desfasamentos à Koyck, optando por uma formulação que impõe menos restrições sobre os custos de ajustamento da mão-de-obra. Este método tem sido adoptado por vários autores, e para a aplicação que decidimos fazer seguimos de perto Hamermesh (1993).

Estimámos então o seguinte modelo:

$$E_t = \alpha_0 + \alpha E_{t-1} + \alpha' t E_{t-1} + \beta t + \sum_0^4 \gamma_i Y_{t-i} + \sum_0^4 \gamma'_i t Y_{t-i} + u_t$$

onde E e Y representam o emprego e o *output* real (em logaritmos). Os resultados da estimação encontram-se na Tabela 1.

Como se disse, o objectivo primordial consistiu em tentar detectar alguma tendência visível na resposta do emprego às variações exógenas na produção.

É claro que, ao mesmo tempo, estamos a avaliar o impacto do chamado pacote laboral introduzido no final da década de oitenta, embora não seja esse o objectivo principal do exercício.

Olhando para a Tabela 1, e analisando os valores no início, a meio e no fim do período amostral, é clara a redução verificada na velocidade de ajustamento do emprego, e, por essa via, a justificação do decréscimo do indicador de mudança estrutural a partir de 1992. Com efeito, respondendo o emprego menos prontamente às variações na produção, menor será o índice de reafecção do factor trabalho. Neste exercício, o parâmetro de ajustamento é obtido através da soma dos coeficientes da variável emprego

desfasada, isto é, $\alpha + \alpha' t$, e quanto maior for este termo, menor é a velocidade de ajustamento⁽²⁾.

Estes resultados, confirmam as conclusões do estudo de Addison e Teixeira (1996) sobre os efeitos da política de liberalização dos despedimentos em 1989. Com efeito, e ao contrário do que seria de esperar, nesse estudo não se conseguiu encontrar prova suficiente de uma resposta mais rápida do emprego às variações do *output*, circunstância que nos preveniu quanto à necessária prudência sobre os efeitos negativos em regra atribuídos às legislações mais protectoras do emprego.

Não se verificando quaisquer efeitos significativos da alteração da legislação sobre o desempenho do mercado de trabalho, visto na perspectiva da velocidade de ajustamento, no período que se seguiu à introdução da lei dos despedimentos, e verificando-se, como se prova também neste trabalho, maior lentidão de resposta do emprego aos choques de produção, parecem desta

⁽²⁾ O coeficiente da variável $t * E_{t-1}$ é sempre diferente de zero aos níveis usuais de significância, excepto no caso do comércio. Por outro lado, o teste F sobre o conjunto das variáveis interactivas rejeita claramente a hipótese nula de ausência de efeitos diferenciais ao longo do tempo e o teste LM rejeita em todos os casos a hipótese de autocorrelação dos desvios.

forma confirmadas as teses que defendem que, numa palavra, a transformação estrutural já não é o que era, ou seja, que após um período de forte turbulência se verifica agora uma relativa acalmia.

Aliás, esta menor turbulência do mercado de trabalho é reafirmada pelo acentuado decréscimo de um fenómeno que, por definição, assume particular relevância nos períodos de maior instabilidade ou, se se quiser, de transformação estrutural. Referimo-nos aos contratos a prazo. Tratando-se de um instrumento privilegiado de ajustamento das necessidades de mão-de-obra em face das variações não antecipadas da actividade económica, seria de esperar que, precisamente, na segunda metade do período 1986-1995, se assistisse a uma quebra muito substancial na sua utilização, dados os menores índices de transformação estrutural registados. Com efeito, a partir dos finais da década de 80, assistiu-se a uma contínua queda do peso do emprego não permanente no conjunto dos trabalhadores por conta de outrem, registando-se hoje valores da ordem dos 11-11,5%, quando em 1989 chegaram a atingir valores superiores a 19%.

Tentámos então analisar o comportamento do emprego não permanente a partir de um modelo⁽³⁾ em que se controla para as variáveis económicas relevantes (Charraud, 1993), ao mesmo tempo que se testa o efeito da alteração, de sentido mais restritivo, da legislação sobre contratos a prazo em 1989. Usando de novo os mínimos quadrados, a estimação (nas primeiras diferenças dos logaritmos) conduziu aos seguintes resultados⁽⁴⁾:

$$ENP_t = 0,026 - 1,660EP_t^* + 0,382I_t^{***} - 0,468Y_t - 0,090Y_{t-1} - 0,044D89:4^*$$

$$R^2 = 0,41; F=4,5; DW=2,1$$

⁽³⁾ Uma versão preliminar deste modelo pode ser consultada em Teixeira (1996).

⁽⁴⁾ *, **, *** representam níveis de significância a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

onde ENP, EP, I e Y representam, respectivamente, emprego não permanente, emprego permanente, investimento e *output*. D89:4 é uma variável *dummy* cujo coeficiente nos dá o efeito da intervenção legislativa.

Dada a relação negativa obtida entre emprego não permanente e emprego permanente, os resultados parecem assim apontar no sentido de uma forte substituição entre aqueles dois tipos de trabalhadores, o que significa por outras palavras, que o volume de trabalho não permanente respondeu de forma esperada perante um ambiente de menor turbulência. Por outro lado, a medida legislativa de maior exigência na celebração de contratos com limitação temporal actuou no sentido pretendido pela política, ou seja, a variável dicotómica D89:4 é estatisticamente significativa e tem o sinal esperado: negativo.

4. Conclusões

A partir do índice de mudança estrutural, mostrámos a existência de um menor grau de reafectação e realocização do factor trabalho entre os vários sectores da economia, pelo menos relativamente a um passado recente. Tendo admitido a mobilidade dos recursos como condição necessária para atingir combinações mais eficientes e maiores níveis de bem-estar, concluímos, em face dos indicadores utilizados, pela ausência de melhorias significativas no desempenho do mercado de trabalho, nomeadamente do ponto de vista do grau de ajustamento do emprego perante variações da produção. É claro que trabalhámos com variações líquidas de emprego e que, por consequência, uma menor reafectação sectorial do trabalho não significa necessariamente ausência de uma adequada mobilidade do trabalho. À parte esta fraqueza, a que podemos juntar o nível de desagregação sectorial com que trabalhámos (apenas 5 sectores), mostrámos que, em simultâneo com a descida do índice de transformação estrutural, algumas das políticas visando maior flexibilidade do mercado de trabalho não têm tido efeitos suficientemente visíveis. Por último, considerando o trabalho temporário como uma variável positivamente associada a índices mais elevados de transformação estrutural, foi possível confirmar que a mudança estrutural tem de facto perdido intensidade, vista agora através do forte decréscimo do trabalho não permanente.

5. Anexos

Tabela 1 - Parâmetros de ajustamento por sector: $\alpha + \alpha' t$

	Ind.transformadora	Elect., água e gás	Construção	Comércio	Serviços
1985:1	-0,512	-1,616	-1,321	-0,043	-0,098
1989:4	0,054	-0,342	-0,561	0,100	0,358
1995:4	0,653	0,718	0,519	0,163	0,838
R2	0,91	0,59	0,78	0,97	0,89
F	16,3	2,5	6,0	51,9	14,4

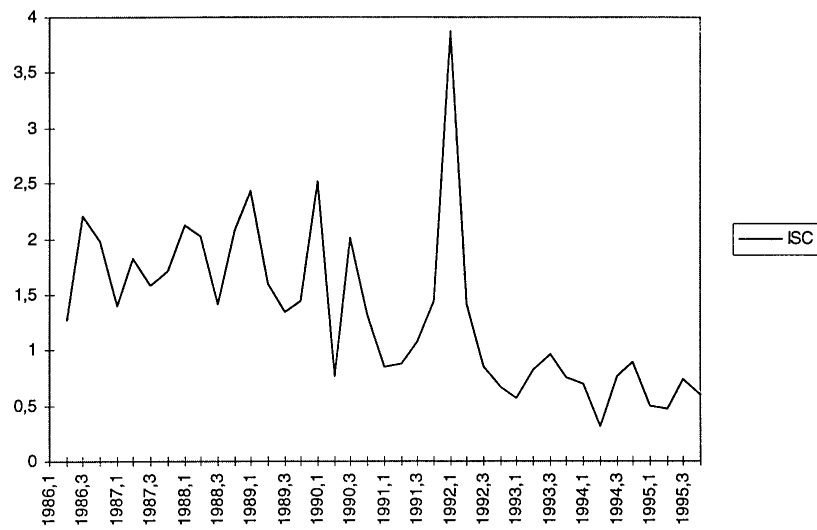


Figura 1 - Índice de transformação estrutural (ISC) em Portugal para o período 1986:1-1995:4 (em %).

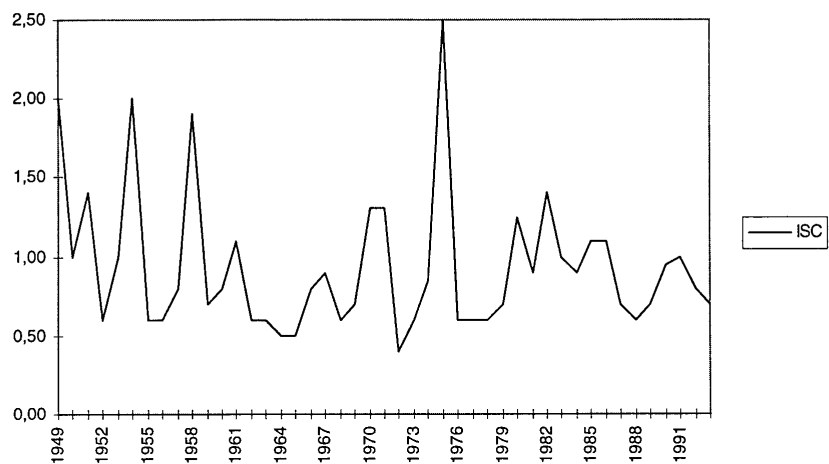


Figura 2 - Índice de transformação estrutural (ISC) para os E.U.A. (em % e para uma desagregação a 9 sectores). Fonte: Economic Report of the President (1994).

6. Bibliografia

Addison, John, e Teixeira, Paulino. 1996. Dismissals Protection and Employment: Does the Lazear Model Work for Portugal?, *Oficina do CES*, nº 75 (Julho).

Charraud, Alain. 1993. "The Impact of Temporary Work Legislation in France, 1980-1989." In Christoph F.Buechtemann, ed., *Employment Security and Labor Market Behavior*. New York: ILR.

Hamermersh, Daniel. 1993. Employment Protection: Theoretical Implications and Some U.S. Evidence. In Christoph F.Buechtemann, ed., *Employment Security and Labor Market Behavior*. New York: ILR.

Oliveira, Mendes, Pedro Portugal e Clementina Santos. 1993. A Inserção dos Jovens no Mercado de Trabalho: Mobilidade e Crescimento Salarial. Mimeo, Universidade do Porto.

Teixeira, Paulino. 1996. Os Efeitos da Regulamentação dos Contratos a Prazo sobre o Trabalho Não Permanente. Mimeo, Universidade de Coimbra.